



**XVI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación
(ALAIC)**

***La Comunicación como Bien Público Global:
Nuevos lenguajes críticos y debates hacia el porvenir***
Buenos Aires, Argentina, 26 al 30 de septiembre de 2022

Organizan

- ❖ Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación (ALAIC).
- ❖ Federación Argentina de Carreras de Comunicación Social (FADECCOS).

**GT 2: Comunicación Organizacional y Relaciones Públicas / Comunicação
Organizacional e Relações Públicas**

Repensando as Relações Públicas desde una perspectiva feminista e decolonial

Repensando las Relaciones Públicas desde una perspectiva feminista y decolonial

Rethinking Public Relations from a Feminist and Decolonial Perspective

Profa. Dra. Kalliandra Quevedo Conrad¹

Profa. Dra. Maria Aparecida Ferrari²

Resumen: El presente artículo trata de reflexionar acerca de la actividad de Relaciones Públicas desde una perspectiva decolonial. Pensar las Relaciones Públicas desde los enfoques feministas, demuestra cuestionar la relación al eurocentrismo, al colonialismo académico y al imperialismo intelectual ejercidos por los centros hegemónicos de producción del conocimiento. En el caso de América Latina y específicamente, Brasil, el debate postcolonial es todavía reciente, si comparado con otras regiones del mundo en que se busca rescatar los diferentes feminismos de la región, como el chicano, el negro, el latinoamericano, etc. En ese sentido, el objetivo principal fue repensar las Relaciones

¹ Doctora y Docente de la Facultad de Comunicación de la Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Brasil. E-mail: kconrad@professores.utfpr.edu.br

² Libre-Docente, Doctora y Profesora Asociada II de la Escuela de Comunicaciones y Arte de la Universidade de São Paulo, Brasil. E-mail: maferrari@usp.br



Públicas a la luz del feminismo, partiendo del supuesto de que el feminismo puede ser un elemento fundamental para pensar las relaciones organizacionales, que también son relaciones sociales, sobre las que recae el trabajo de la actividad de Relaciones Públicas. Si reconocemos que las prácticas sociales que estructuran el mundo están en movimiento, la actividad de Relaciones Públicas también necesita acompañar estos cambios. Por tanto, es imperativo reconocer que vivimos en un estado permanente de caos, vulnerabilidad y ambivalencia y, para ello, es necesario construir una nueva mirada para generar una nueva epistemología de las Relaciones Públicas: una que reconozca y considere las Contexto brasileño en su historicidad, colonialismo y desigualdades.

Palabras Clave: Relaciones Públicas; Feminismo; Enfoque Decolonial.

Abstract: This article is a reflection on the practice of Public Relations from a decolonial perspective. Conceptualizing Public Relations from a feminist perspective reveals the questioning of eurocentrism, academic colonialism and intellectual imperialism that is practiced by hegemonic knowledge producing centers. In the case of Latin America and specifically in Brasil, the postcolonial debate is fairly recent, when compared to other regions of the world that are rescuing regional feminisms, such as the Chicano, persons of color, Latin Americans, etc. In this sense, the main objective was to rethink Public Relations from a feminist perspective, considering that feminism can be a fundamental element for understanding organizational relations, also understood as social relations, which is where the practice of Public Relations is carried out. If we consider that the social practices that structure the world are in constant movement, Public Relations also needs to keep abreast of these movements. It is important that we recognize that we live in a constant state of chaos, vulnerability and ambivalence, and that it is necessary to construct a new perspective which can result in a new epistemology of Public Relations that recognizes and considers the Brazilian context in view of its history, colonialism and inequalities.

Keywords: Public Relations; Feminism; Decolonial Focus.

1. Considerações iniciais

A temática do feminismo tem sido cada vez mais pautada em diferentes esferas da sociedade brasileira. Segmentos da sociedade civil, sobretudo no âmbito das plataformas digitais, estão colocando em xeque valores sociais e culturais que estruturam nossa sociedade, em defesa de direitos humanos e de cidadania de grupos marginalizados.



As organizações, como parte desse sistema social também vem sendo pressionadas a adotar estratégias e modelos que são impostos a fim de cumprir com propósitos ditados pelas novas dinâmicas da sociedade contemporânea. Questões relacionadas a gênero, raça, classe social, corpos, idade, localização geográfica, entre outros marcadores da diferença, reverberam na agenda social, obrigando-as a rever seus valores e práticas. O que se percebe é que já não é aceitável que as organizações tenham como objetivo apenas o lucro ou que seus posicionamentos visem apenas a construção e manutenção de uma reputação positiva perante seus públicos. Neste sentido, Deetz (1992) afirma que as organizações, por serem expressões socioeconômicas e culturais da atividade humana, traduzem violências quando se observa sua condição de colonizadoras corporativas, na maioria das vezes, impondo a cultura da matriz. Contudo, observa-se que iniciativas de grupos no mundo têm buscado limitar, vigiar e orientar ações das organizações, a fim de apresentar alternativas responsáveis e éticas alinhadas com um mundo diverso, complexo.

As exigências dos públicos preveem que as organizações se responsabilizem por suas decisões que muitas vezes afetam, de alguma forma, o funcionamento da vida social (FRANÇA, 2011). Esse comportamento por parte dos públicos também pode ser visto como uma resposta frente às desigualdades que têm se agravado nas últimas décadas na sociedade brasileira, marcada historicamente, pelo patriarcalismo, racismo, machismo, LGBTfobia, dentre outras formas de violência, preconceito e discriminação. Identifica-se, diante disso, a importância da atividade de Relações Públicas no que tange o relacionamento entre organizações e públicos. Ferrari (2016, p. 147) reforça que a função primeira das relações públicas “é administrar os relacionamentos e, se as relações com os públicos estratégicos forem simétricas e transparentes, minimizam-se os riscos, reduz-se o custo com processos e litígios, aumentam-se as reservas de reputação positiva contra as crises e vinculam-se os valores ao comportamento organizacional”.



As relações organizacionais são, invariavelmente, construídas e produzidas no curso das desigualdades. Reconhece-se, diante disso, a necessidade de olhar para as relações desiguais de poder, para os conflitos, as rupturas e o silenciamento que permeiam tais relacionamentos. Para isso é preciso que o profissional adote a postura de ativista, conforme menciona Holtzhausen (2016). Esse é, a nosso ver, parte do trabalho a ser desenvolvido pela atividade de Relações Públicas.

Considerando essas questões, se faz necessário abandonar o paradigma funcionalista das Relações Públicas para incorporar o paradigma crítico (L'ETANG, 2009; HOLTZHAUSEN, 2016) como ângulo de visão capaz de dar conta desses processos. Há, diante disso, a necessidade de atualizar o corpo teórico de Relações Públicas diante das transformações e exigências do mundo contemporâneo, principalmente com respeito às relações-públicas e seu espaço de trabalho.

Sendo assim, este trabalho caracteriza-se como um ensaio teórico, a partir de pesquisa bibliográfica, com a temática das Relações Públicas e o feminismo decolonial. Tem como foco a seguinte questão: as relações públicas, em uma perspectiva crítica, têm conseguido dar conta das desigualdades que permeiam os relacionamentos entre organizações e públicos? O principal objetivo é repensar as relações públicas à luz do feminismo em uma perspectiva decolonial. Para atender a esse objetivo, ao longo do texto buscam-se caracterizar o feminismo e a decolonialidade, compreender a atividade de Relações Públicas desde uma abordagem crítica e refletir acerca das possibilidades de pensar a atividade profissional sob um olhar feminista decolonial.

2. Discussão teórica

2.1 Os feminismos e a perspectiva decolonial

Parte-se do entendimento de que “o feminismo é uma leitura que põe em questão o que existe – aquilo que está dado – para então analisá-lo” (TIBURI, 2018, p.72). É uma



estratégia política de enfrentamento das desigualdades e, ainda, uma forma de construir relações sociais mais inclusivas. Nesse sentido, “o pensamento feminista tornou-se o que é hoje: um corpo altamente elaborado de teorias e reflexões sobre o mundo social” (MIGUEL, 2014, p.18).

Uma breve recuperação das lutas sociais e políticas travadas em cada uma das quatro ondas do feminismo nos ajuda a entender a construção do pensamento feminista enquanto campo teórico e político. A primeira onda caracteriza-se pelas manifestações em relação à posição inferior/inferiorizada que a mulher ocupa na sociedade, cujo papel estaria limitado às atividades na esfera privada (DUARTE, 2003). Questionava-se, assim, os papéis instituídos como femininos, no qual as mulheres - brancas e de classe média - estavam limitadas a determinados tipos de trabalho/funções (trabalho doméstico, trabalho do cuidado não remunerado, funções maternal e afetiva) e, também, não participavam da vida política da sociedade (COLLING, 2004). Ter direito ao voto, à igualdade civil, à licença-maternidade e contra o assédio no local de trabalho são alguns exemplos das lutas feministas da primeira onda (MEYER, 2004).

Sem abandonar completamente essas questões, mas trazendo novas bandeiras, a segunda onda aponta para um feminismo que luta pela educação como recurso libertador e emancipatório, no qual o conhecimento sobre as mulheres e suas lutas pudesse ser produzido com e por mulheres (MEYER, 2004). Até então, tínhamos uma história e, portanto, formas discursivas de produção do conhecimento, androcêntricas, na qual prevaleciam os argumentos biológico e teológico para explicar, justificar e sustentar as relações de poder desiguais que eram construídas entre homens e mulheres. Especificamente, foi a partir de 1970 que o termo *gender* (traduzido em português como gênero) passou a ser incorporado a esse debate, por meio dos estudos de pesquisadoras anglo-saxãs (MEYER, 2004; ALVAREZ, 2014).



A terceira onda, a partir dos anos 1990 centra-se nas especificidades e peculiaridades da luta feminista e, por isso, podemos falar em diferentes feminismos, no plural. Seria, segundo Alvarez (2014), uma ampliação do escopo de reivindicações feministas, em que o campo se expande para além da sociedade civil. A discussão gira em torno das diferenças existentes entre as condições particulares em que se produzem determinadas posições da/o sujeita/o mulher. Reconhece-se, assim, que a mulher negra possui lutas específicas oriundas de seu contexto histórico que a diferencia da posição da mulher branca e lésbica, por exemplo. Nessa linha é que podemos falar de suas interseccionalidades de gênero, raça e classe (BIROLI, 2018) na construção de “feminismos como campos discursivos de ação” (ALVAREZ, 2014).

Um giro epistemológico trouxe à tona a abordagem denominada decolonial do feminismo. Esse “olhar decolonial” atua como uma nova lente interpretativa, cujos discursos e práticas desafiam o projeto hegemônico de modernidade, calcado em uma perspectiva branca, eurocêntrica, ocidental e heteronormativa do Norte Global. O feminismo decolonial é, portanto, uma forma de questionar e de reconstruir narrativas silenciadas e marginalizadas (BARRAGÁN *et al.*, 2020; SANTOS, 2018).

Nesse sentido é importante mencionar que a construção de um olhar decolonial é, igualmente, uma abordagem interseccional das relações sociais. Dentre as múltiplas dimensões da interseccionalidade, ao menos é preciso considerar a tríade gênero, raça e classe como elementos fundantes das desigualdades, especialmente em países colonizados como o Brasil.

O processo de colonização pode ser uma via de explicação para as desigualdades estruturais que envolvem essa tríade, cujo conceito de Antônio Bispo (2015) nos ajuda a traçar uma compreensão sobre o contexto brasileiro. Antônio Bispo, mais conhecido como Nêgo Bispo, é “poeta, escritor, professor, ativista político e militante do movimento social



quilombola e de direitos pelo uso da terra” (UFMG, 2020³). Sua interpretação “contra colonial” (BISPO, 2015, p.?) reconstrói o discurso sobre o descobrimento do Brasil sob a perspectiva dos povos originários, representando uma voz dissonante sobre o nosso entendimento hegemônico de colonização. Segundo ele

Como sabemos, esses povos [os povos originários] possuem várias autodenominações. Os colonizadores, ao os generalizarem apenas como “índios”, estavam desenvolvendo uma técnica muito usada pelos adestradores, pois sempre que se quer adestrar um animal a primeira coisa que se muda é o seu nome. Ou seja, os colonizadores, ao substituírem as diversas autodenominações desses povos, impondo-os uma denominação generalizada, estavam tentando quebrar as suas identidades com o intuito de os coisificar/deshumanizar (BISPO, 2015, p. 27).

Haraway (1995) defende a necessidade de nos questionarmos sobre o que se tem denominado objetividade e, a partir disso, reconhecer que o conhecimento científico é uma construção social e, portanto, constituído política e culturalmente.

Assim, como muitas outras feministas, quero argumentar a favor de uma doutrina e de uma prática da objetividade que privilegie a contestação, a desconstrução, as conexões em rede e a esperança na transformação dos sistemas de conhecimento e nas maneiras de ver (HARAWAY, 1995, p. 24).

Sobre a quarta onda surge no início do século XXI, motivada pelo ativismo virtual ou o chamado ciberativismo. Além disso, traz uma diversidade de feminismos, como também a mobilização de coletivos, grupos de pessoas que se movimentam, para fazerem manifestações; esses coletivos são organizações mais fluídas, diferentes das organizações tradicionais, esses grupos se reúnem através das redes sociais, assim o pessoal vai se engajando para determinada ação (CASTRO, 2020). O ativismo digital ou ciberativismo tem possibilitado a expansão das ideologias feministas como a defesa dos direitos de igualdade

³ <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/nao-me-mandem-fazer-direito-eu-nao-sou-colonizado-provoca-nego-bispo> Acesso em 02 ago. 2022.



através de discursos virtuais, empoderando cada vez as mulheres e propiciando um novo mecanismo de fala.

Frente a esse cenário descrito, colocamos a questão: qual a importância de introduzir o contexto feminista ao campo das Relações Públicas?

2.2. Relações Públicas Críticas

Para pensar as relações sociais no contexto organizacional a partir da atividade de relações públicas é pertinente identificar as bases epistemológicas sobre as quais nos filiamos. Segundo Lima e Bastos (2012), não é somente o lugar empírico em que as relações organizacionais acontecem que determinam o olhar específico da comunicação e, pode-se acrescentar, das relações públicas. É preciso, como afirmam as autoras, reivindicar o lugar epistemológico, as bases do saber e do conhecimento capazes de definir a comunicação no contexto organizacional.

Conforme Duarte (2003, p. 42), a “epistemologia é um conjunto de conhecimentos teórico-metodológicos ligados simbioticamente que permitem elaborar uma forma de investigar um objeto [...] [e que] direcionam um olhar para um tema”. Se as relações públicas “não são boas ou más, mas podem ser usadas para bons ou maus propósitos” (IHLEN, 2018, p. 54), seu uso e propósito, entretanto, não estão dissociados do conhecimento produzido no e pelo campo da comunicação.

O conhecimento científico é construído social, política e culturalmente, tal como defende Lopes (2004) e, portanto, o conhecimento hegemônico que vem guiando a atividade de relações públicas tem se tornado a bússola de orientação para seu uso e propósito. Reconhece-se, assim, que o paradigma dominante (L’ETANG, 2009) no campo das relações públicas é proveniente do modelo funcionalista (SILVA, 2019) e é partir desse modelo que as práticas de relações públicas constroem seu repertório de atuação no contexto contemporâneo.



Segundo L'Etang (2009, p. 35 – tradução nossa), “o paradigma dominante concentrou-se em questões funcionais, como eficácia, excelência, métodos, avaliação, profissionalismo, os papéis e o status das Relações Públicas”. Apesar disso, outras compreensões emergiram, ainda que com pouca penetrabilidade na academia e, com menos força, no mercado. É o que se verifica, de acordo com Silva (2019), com o surgimento da perspectiva crítica das relações públicas, cuja abordagem ganhou visibilidade no contexto brasileiro a partir dos estudos de Peruzzo (2009; 2016).

O paradigma crítico das relações públicas (L'ETANG, 2009; HOLTZHAUSEN, 2016; PIECZKA & L'ETANG, 2001; SILVA, 2019) é aqui reconhecido como uma lente teórica importante para pensar a atividade na sociedade contemporânea. No curso desse paradigma, pode-se inserir a perspectiva discursiva, apontada por Baldissera e Mafra (2020) como um outro lugar epistemológico (e, também, crítico) em que é possível situar as relações públicas. Uma abordagem crítica, desde a perspectiva discursiva, pode ser uma via de compreensão interessante no que tange às relações de poder desiguais, os conflitos e as disputas de poder no contexto das relações organizacionais. No curso dessas questões, “gênero, raça, cor, classe, orientação sexual, por exemplo, são problemáticas presentes no cotidiano das organizações, as quais são atravessadas por disputas em termos identitários” (BALDISSERA; MAFRA, 2020, p. 275). No entanto, tais pautas parecem ganhar visibilidade apenas por meio de discursos mercadológicos, em que “a sociedade, as pessoas e o meio ambiente são valorizados apenas à medida que possam servir a uma meta corporativa” (IHLEN, 2018, p. 64).

As relações públicas lidam com assuntos públicos e, portanto, não podem deixar de considerar essas pautas, sobretudo pelo papel social e cidadão que tem a desempenhar, a fim de fazer prevalecer os interesses públicos sobre os interesses do capital privado (PERUZZO, 2009). Ainda que as relações públicas estejam a serviço de organizações que visam o lucro, isso significa que deve haver um posicionamento por parte dos profissionais



que reconheçam os diferentes tipos de violência e formas de opressão que atravessam os arranjos organizacionais. Ihlen (2018, p. 68) corrobora esse entendimento ao mencionar que “As relações públicas críticas podem chamar a atenção para questões de poder e igualdade, e podem ser usadas para iluminar a prática que não se sustenta quando recebe a devida atenção do público”. Essa prática se mostra frágil justamente pelo discurso cosmético e superficial de organizações que se orientam apenas pelas metas corporativas, como dito por Ihlen (2018). Neste sentido, Holtzhausen (2012) defende que no novo contexto organizacional pós-moderno a função do profissional de Relações Públicas deve ser de um:

Ativista organizacional, servirá como uma consciência na organização, valorará o discurso de funcionários e públicos externos, tomará a decisão mais humana em uma determinada situação e promoverá novas formas de pensar e resolver problemas através de dissenso e conflito. Essas ações contribuirão para uma cultura de emancipação e libertação na organização (HOLTZHAUSEN, 2012, p. 60).

Por isso, é imperativo (re)pensar o papel dos relações-públicas para que possam se tornar agentes de conhecimento crítico capaz de lançar luz sobre as questões de poder e desigualdade da qual as organizações complexas são parte.

2.3. (Re)pensar as relações públicas sob um olhar feminista decolonial

Na tentativa de explorar novos caminhos para uma atuação mais inclusiva e cidadã para as Relações Públicas - e que considere as especificidades do contexto brasileiro - pretende-se realizar a articulação de ambas as perspectivas – as relações públicas críticas e o feminismo decolonial. A nosso ver, isso implica o re-conhecimento de outras narrativas e, em consequência disso, outras formas de produzir sentido sobre a atividade de relações públicas. É, portanto, um modo de enunciar novos conhecimentos capazes de movimentar as bases epistemológicas – e hegemônicas - da ciência; o que inclui a ciência da comunicação, em que se localizam as Relações Públicas.



Posicionar-se é, portanto, a prática chave, base do conhecimento organizado em torno das imagens da visão, é como se organiza boa parte do discurso científico e filosófico ocidental. Posicionar-se implica em responsabilidade por nossas práticas capacitadoras. Em consequência, a política e a ética são a base das lutas pela contestação a respeito do que pode ter vigência como conhecimento racional (HARAWAY, 1995, p. 27).

Isso incide nas práticas, ações e discursos da comunicação organizacional, afetando tanto organizações quanto públicos. Argumentamos que os profissionais de relações públicas precisam incluir a perspectiva crítica (L'ETANG, 2009; HOLTZHAUSEN, 2016) e discursiva (BALDISSERA; MAFRA, 2020) de modo que os relacionamentos organizacionais sejam construídos com base na valorização da diferença e com respeito às identidades dos sujeitos. A comunicação organizacional não pode prescindir de abordar tais questões; do contrário, continuaremos reproduzindo relações preconceituosas com base em comportamentos machistas, sexistas, misóginos, LGBTfóbicos e capacitistas que, historicamente, se mantêm na nossa sociedade.

Nesse ínterim, recorreremos aos conceitos de “amefricanidades” (GONZALEZ, 2019) e “feminismo afro-latino-americano” (GONZALEZ, 2020, p. 46) como um ponto de partida para refletir acerca das Relações Públicas na perspectiva decolonial. A categoria de Amefricanidade postula, para além dos espaços geográficos que a envolvem, os espaços simbólicos e culturais de adaptação e resistência ao modelo dominante, a fim de construir uma “identidade étnica” (GONZALEZ, 2019, p. 349). Segundo a autora, “embora pertençamos a diferentes sociedades do continente, sabemos que o sistema de dominação é o mesmo em todas elas, ou seja: *o racismo* [...]” (GONZALEZ, 2019, p. 349 - grifos da autora).

No nosso entendimento, a posição de Lélia Gonzalez critica o feminismo branco pois sua definição e luta está ancorada em princípios generificados e hierárquicos, que enfatizam as diferenças entre os papéis sociais de homens e mulheres. A fragilidade desse pensamento está no apagamento das questões raciais e das implicações disso para pensar tanto o feminismo quanto às relações sociais a partir dele. Por isso, Gonzalez (2020, p. 41) diz que



“a resposta, na nossa opinião, está no que alguns cientistas sociais caracterizam como racismo por omissão e cujas raízes, dizemos nós, se encontram em uma visão de mundo eurocêntrica e neocolonialista da realidade”. À essa altura, torna-se premente o conceito de interseccionalidade, termo introduzido por Crenshaw (2002). Para Akotirene (2019), o conceito se instrumentaliza por uma matriz colonial, em que se cruzam, se mesclam e se sobrepõem diferentes sistemas de opressão estrutural cujas bases são racistas, classistas, capitalistas e cis-hetero-normativas. Aliando esse conceito às abordagens anteriores, pode-se questionar:

Em que medida as organizações lidam com experiências de gênero, raça, cor, classe, orientação sexual e outros grupos minorizados, emergentes nos cotidianos organizacionais? Como os processos de subjetivação emergentes na/pela diferença (o que inclui o corpo como âmbito discursivo) atualizam novas categorias relacionais, fundamentadas pela busca por justiça e equidade, tensionadas pelos sistemas de poder oficiais e hierarquizados? (BALDISSERA; MAFRA, 2020, p. 281).

A partir dessas tensões e inflexões, argumentamos que os relações-públicas precisam desconstruir os sistemas de conhecimento dominantes a fim de refletir e se conscientizar sobre quais possibilidades e caminhos epistemológicos, teóricos e metodológicos são adequados para enfrentar e resistir aos sistemas de opressão que envolvem as organizações. A partir do raciocínio até aqui empreendido, não é coerente e nem adequado pensar na atividade de Relações Públicas como sendo inclusiva, equitativa, cidadã no atual cenário contemporâneo do Brasil, uma vez que a base de conhecimentos ainda é de matriz colonialista, branca e eurocêntrica. A categoria de Amefricanidade, tão bem descrita por Gonzalez (2019), é uma dimensão que tem sido negligenciada no Brasil e que é facilmente observada nos resultados de pesquisas de emprego e renda (IBGE, 2020), mostrando que negros e pardos são os grupos que têm mais dificuldade de encontrar trabalho e seus salários são inferiores aos dos brancos. No caso da atividade de Relações Públicas no Brasil, Restrepo (2020), afirma que no mundo do trabalho a discriminação à contratação de relações-públicas negras e pardas é altíssima, mesmo com 54% da população brasileira se declarando negra,



segundo dados do IBGE (2020).

Como ressalta Holtzhausen (2016), a maior parte dos pesquisadores ainda situam as Relações Públicas no contexto das organizações modernas e de livre mercado, o que leva a uma prática da atividade que se converteu em uma parte inerente das empresas com o objetivo de obter lucro para elas. A questão, no atual momento, é fazer com que o exercício profissional trate das mudanças sociais, do empoderamento das mulheres, da democracia, da liberdade e dos direitos humanos. Aí reside a importância de conectar o saber da atividade de Relações Públicas aos conceitos de amefricanidades, decolonialidade, interseccionalidade, vistos anteriormente; estes saberes são fundamentais para entender as sociedades colonizadas, como é o caso do Brasil, onde emergem desigualdades e injustiças, amarradas historicamente em estruturas políticas, sociais, culturais e econômica e para as quais é necessário pensarmos as múltiplas identidades, necessidades, reivindicações e interesses feministas.

Nesse sentido, espera-se que uma abordagem decolonial para com o campo teórico das Relações Públicas, em específico no que diz respeito ao contexto brasileiro, possa ressignificar o olhar de pesquisadoras/res e profissionais, de modo a produzir novos saberes, com base nas especificidades e desigualdades próprias do nosso contexto social, histórico, político e cultural. Não será possível construir um novo fazer para as Relações Públicas sem alterar os modos de pensar as relações sociais e, portanto, sem transformar o conhecimento que é a base de referência para a transformação social.

Considerações finais

Esse ensaio teórico buscou refletir sobre a prática das Relações Públicas e a importância de visitar sua função na sociedade contemporânea, especialmente no Brasil. Como cenário de fundo, estão os questionamentos em relação ao eurocentrismo, ao colonialismo acadêmico, ao imperialismo intelectual, as Relações Públicas e o feminismo decolonial.



Destacamos a importância de adotar um enfoque crítico para praticar as Relações Públicas e, nesse esforço foi necessário recorrer a pesquisadores europeus como L'Etang e Pieczka, além de Holtzhausen da África do Sul.

A prática da atividade de Relações Públicas no Brasil foi importada dos Estados Unidos (FERRARI, 2011) o que significou uma apropriação reducionista que, em alguns casos, chega a ser ilógico. Apesar disso, ainda hoje o enfoque funcionalista é muito praticado, seja por meio de atividades táticas ensinadas nas universidades, como de ações implantadas nas organizações.

Neste sentido, o principal objetivo foi repensar as Relações Públicas à luz do feminismo em uma perspectiva decolonial. Para isso, partiu-se do pressuposto de que o feminismo pode ser um elemento fundamental para pensar as relações organizacionais, as quais são, igualmente, relações sociais, sob as quais o trabalho da atividade de Relações Públicas incide.

Nesse sentido, a historicidade das Relações Públicas deve acompanhar as mudanças do mundo contemporâneo, considerando as dinâmicas das redes sociais digitais que, em certa medida, ampliaram a visibilidade e as formas de luta de movimentos e sujeitos sociais, abrindo espaço para o combate à violência e ao racismo, direitos à saúde e trabalho. Devemos considerar, sobretudo, que determinadas pautas (como as feministas), hoje, não podem ser ignoradas nem silenciadas, em que pese as injustiças sociais e diferentes tipos de violência praticadas nas organizações e na sociedade.

Reconhecemos o desgaste e a desinformação que circunda o termo feminismo e, por isso, reivindicamos a importância do conhecimento crítico na formação dos profissionais de Relações Públicas. Não seria papel do ensino, da pesquisa e da extensão em Relações Públicas dar início a uma nova proposta de conhecimentos e conteúdos a partir das Teoria Crítica e da Decolonialidade?

Por fim, se as práticas sociais que estruturam o mundo estão em movimento, a atividade de Relações Públicas também precisa acompanhar tais mudanças. Por isso, é imperativo



reconhecer que vivemos em um estado permanente de caos, vulnerabilidade e ambivalência e, para tanto, é preciso construir um novo olhar a fim de gerar uma nova epistemologia para as Relações Públicas: que reconheça e considere o contexto brasileiro em sua historicidade, colonialismo e desigualdades. A partir disso, espera-se avançar para propor um olhar que atenda às nossas demandas e, principalmente, que não silencie as desigualdades e opressões pelas quais o nosso contexto reclama.

Referências

Akotirene, Carla (2019) *Interseccionalidade*. São Paulo, Polém.

Alvarez, S. E. (2014) Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. *Cadernos Pagu*, p. 13-56.

Barragán *et. al* (2020) Pensar a partir do Feminismo. In: Hollanda, Heloisa Buarque de (org.) *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo. p. 216-239.

Biroli, Flávia (2018) *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial.

Santos, Antônio Bispo dos (2015) *Colonização, Quilombos, Modos e Significações*. Brasília: INCTI/UnB.

Castro, Priscila Rodrigues De. (2021) As lutas feministas e sua articulação pelas mídias digitais: percepções críticas. *Rev. Katálysis*, Florianópolis, V. 23, N. 3, P. 459-469, Set./Dez. 2021. Doi: <https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n3p459>. 2-12. Recuperado em https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802020000300459&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt Recuperado em 29 Ago. 2022.

Colling, Ana. (2004) A construção histórica do feminino e do masculino. In: STREY, Marlene Neves; CABEDA, Sonia T. Lisboa; PREHN, Denise Rodrigues (org.) *Gênero e cultura: questões contemporâneas*. Edipucrs, p. 13-38.

Crenshaw, K. (2002) Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista estudos feministas*, 10, 171-188.



Deetz, S. (1992) *Democracy In An Age Of Corporate Colonization*. Albany: State University Of New York Press.

Duarte, Constância Lima. (2003) Feminismo e literatura no Brasil. *Estudos avançados*, v. 17, n. 49, p. 151-172.

Ferrari, M. A. (2016 a) Relações Públicas: Gestão Estratégica De Relacionamentos. In: Kunsch, M. M. K. (Org.) (2016) *Comunicação Organizacional Estratégica*. São Paulo: Summus. p. 139-159.

Ferrari, M. A. (2011) Os Cenários turbulentos como oportunidade de mudança e de realinhamento de estratégias. In: Grunig, J. E., Ferrari, M. A. E França, F. (2011) *Relações Públicas: Teoria, Contexto e Relacionamentos*. 2ª. Edição, São Caetano Do Sul, Difusão.

França, F. (2013). *Públicos*. Como Identificá-los Em Uma Nova Visão Estratégica. 2ª. Edição, São Caetano Do Sul, Ed. Difusão.

Gonzalez, Lélia. A categoria político-cultural da *Amefricanidade* (2019). In: Hollanda, Heloisa Buarque de (org.) *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo. p. 341-352.

Gonzalez, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano (2020). In: Hollanda, Heloisa Buarque de (org.) *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo. p. 38-51.

Haraway, Donna (1995) Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 5, p. 7-42.

Holtzhausen, D. (2016) *Las Relaciones Públicas Como Activismo*. Enfoques Posmodernos. Barcelona: Editora Uoc.

IBGE. *Dados do instituto brasileiro de geografia e estatística*. <https://jornal.usp.br/radio-usp/dados-do-ibge-mostram-que-54-da-populacao-brasileira-e-negra/> Recuperado em 20 de agosto de 2022.

Ihlen, Øyvind (2018) Atiçando as chamadas do social: perspectivas em relações



públicas críticas. In: Mainieri, Tiago; Marques, Ângela (org.) *Comunicação e poder organizacional: enfrentamentos discursivos, políticos e estratégicos* [E-book]. Goiânia, Gráfica UF.

L'etang, J. (2009). *Relaciones Públicas. Conceptos, Práctica Y Crítica*. Barcelona: Uoc.

Lima, Fábila Pereira; Bastos, Fernanda de Oliveira Silva (2012) Reflexões sobre o objeto da comunicação no contexto organizacional. In: Oliveira, Ivone de Lourdes; Lima, Fábila Pereira (orgs.) *Propostas conceituais para a comunicação no contexto organizacional*. São Caetano do Sul, SP, Difusão Editora.

Lopes Maria Immacolata Vassallo de. (2004) Pesquisa de comunicação: questões epistemológicas, teóricas e metodológicas. *Intercom-Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, v. 27, n. 1.

Miguel, L. F. (2015) O Feminismo E A Política. In: Biroli, F., & Miguel, L. F. *Feminismo e Política: uma introdução*. Boitempo Editorial.

Meyer, Dagmar Elisabeth Estermann. (2004) Teorias e políticas de gênero: fragmentos históricos e desafios atuais. *Revista brasileira de enfermagem*. Brasília. Vol. 57, n. 1 (jan./fev. 2004), p. 13-18.

Peruzzo, Cílicia Krohling (2009) Da aparência à essência das relações públicas: abordagens na perspectiva da teoria crítica e do modo de produção capitalista. In: Kunsch, M. M. K. (org.) *Relações Públicas: história, teorias e estratégias nas organizações contemporâneas*. São Paulo, Saraiva.

Peruzzo, Cílicia Krohling (2016) *Relações Públicas no modo de produção capitalista*. 5a ed. São Paulo, Summus.

Pieczka, M. & L'Etang, J. (2001) Public Relations And The Question Of Professionalism. In: R. L. Heath (Ed). *Handbook Of Public Relations*. Thousand Oaks.

Santos, V. M. D. Notas desobedientes: decolonialidade e a contribuição para a crítica feminista à ciência. *Psicologia & Sociedade*, 30. 2018. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/psoc/A/Fz3rgjj7fx6mvymhkd3psnk/?Format=Pdf&Lang=Pt>
Doi: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30200112> Recuperado em 20 maio 2022.



Silva, D. R. (2019) Relações Públicas Críticas: Perspectivas, Diretrizes E Desafios De Uma Agenda Internacional De Pesquisas. In: *Congresso Brasileiro De Ciências Da Comunicação*. Universidade Federal De Minas Gerais, Belém, Pa, Brasil, 42º. Recuperado De <https://Portalintercom.Org.Br/Anais/Nacional2019/Resumos/R14-0059-1.Pdf> Recuperado em 20 maio 2022.

Tiburi, M. (2018). *Feminismo em comum: para todas, todes e todos*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos.